Diretor de Planei

Thiago Bernardo Borges ejamento, Gestão e Finanças da FAPEMIG.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Jucemg

PORTARIA N°131/2025

Concede matrícula de Tradutora e Intérprete Pública pelo critério de proficiência, a que se refere o art. 19 da IN DREI 52/2022. A Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19 c/c o parágrafo único do artigo 21 da Instrução Normativa nº. 52, expedida pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI, em 29 de julho de 2022, e publicada no Diário Oficial da União, em 4 de agosto de 2022, RESOLVE: Art. 1° - Conceder matrícula à senhora LUISA RAMOS DE OLIVEIRA para exercer, nos termos da legislação específica, o oficio de Tradutora e Intérprete Pública, habilitada por exame de proficiência para o idioma Inglês. Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2025
Patricia Vinte Di Iório
Presidente

PORTARIA Nº 132/2025.

Concede matrícula de Tradutor e Intérprete Público pelo critério de proficiência, a que se refere o art. 19 da IN DREI 52/2022. A Presidente da Junta Comercial de Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19 c/c o parágrafo único do artigo 21 da Instrução Normativa nº. 52, expedida pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI, em 29 de julho de 2022, e publicada no Diário Oficial da União, em 4 de agosto de 2022, RESOLVE: Art. 1° - Conceder matrícula ao senho JORGE HENRIQUE PIRES DA SILVA para exercer, nos termos da legislação específica, o oficio de Tradutor e Intérprete Público, habilitado por exame de proficiência para o idioma Inglês. Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2025.

Patricia Vinte Di Iório.

Presidente.

19 2150861 - 1

24 2151463 - 1

24 2151464 - 1

Presidente: Patrícia Vinte Di Iório

## Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Secretária: Mila Batista Leite Corrêa da Costa

### **Expediente**

RESOLUÇÃO SEDE Nº 80, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025
PROCESSO SEI Nº 1220.01.0004109/2025-49

Dispõe sobre a progressão na carreira de servidor do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. A SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 93, §1º, inciso III, da Constituição Estadual; a Lei nº 24.313, de 28 de abril 2023; o Decreto nº 48.678, de 30 de agosto de 2023; e considerando o disposto no art. 18 da Lei nº 15.466, de 13 de janeiro de 2005;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder are accessor.

ove: - Conceder progressão na carreira para a servidora efetiva do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econôi - especificado no anexo I desta resolução, nos termos do art. 18 da Lei nº 15.466, de 13 de janeiro de 2005. - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir da data de vigência apontada no anexo I.

## ANEXO I PROGRESSÃO PELA REGRA GERAL NAS CARREIRAS DA SEDE

Nome da Servidora	Masp	Cargo / 40h	Anterior a	progressão	Após a p	Vi - ân si s	
			Nível	Grau	Nível	Grau	Vigëncia
Adriana de Souza	348.994-5	TACT	IV	A	IV	В	03/11/2025

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2025 Mila Batista Leite Corrêa da Costa Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

24 2151462 - 1

RESOLUÇÃO SEDE Nº 79. DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

RESOLUÇAO SEDE. Nº 79, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025 Dispõe sobre o reconhecimento do Arranjo Produtivo Local (APL) "Desmontagem Veicular de Belo Horizonte e Região", com administração sediada no Município de Belo Horizonte.

A SECRETÁRIA DE ESTÁDO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuções que lhe confere o art. 93, § 1º, inciso III, da Constituição Estadual; a Lei nº 24.313, de 28 de abril 2023; o Decreto nº 48.678, de 30 de agosto de 2023; bem como considerando o disposto na Lei nº 16.296, de 1º de agosto de 2006, arts. 22 e 23; e no Decreto nº 48.139, de 25 de fevereiro de 2021:

agosto de 2006, arts. 22 e 23; e no Decreto nº 48.139, de 25 de fevereiro de 2021;
RESOLVE:
Art. 1º - Fica reconhecido, no âmbito do Estado de Minas Gerais, o Arranjo Produtivo Local (APL) "Desmontagem Veicular de Belo Horizonte e Região", com administração sediada no Município de Belo Horizonte.
Art. 2º - O APL a que se refere o 1º desta resolução fica classificado como Arranjo Produtivo Local de Nível 01 quanto ao seu grau de

Horizonte e Região", com administração sediada no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - O APL a que se refere o 1º desta resolução fica classificado como Arranjo Produtivo Local de Nivel 01 quanto ao seu grau de maturidade, conforme art.10, § 1º, do Decrete Estadual nº 48.139, de 2021, e a Resolução SEDE nº 24, de 31 de julho de 2023.

Art. 3º - O referido APL, no periodo máximo de 3 (três) anos, deverá passar por acompanhamento técnico para aferição de sua evolução e eventual reclassificação de grau de maturidade.

Parágrafo único - Não constatadas as características mínimas definidas no art. 4º da Resolução SEDE nº 24, de 2023, o APL a que se refere o 1º dessa resolução Dedrefa perder seu título, conforme art.10, \$4º, do Decreto Estadual nº 48.139, de 2021, e art. 5º da Resolução SEDE nº 24, de 2023.

Art. 4º - O reconhecimento e a classificação de APL em Minas Gerais seguem os crítérios estabelecidos pela legislação supracitada, consoante os documentos do processo SEI № 1220.01.0003881/2025-94.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 14 de novembro de 2025.

Mila Batista Leite Corrêa da Costa

Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

RESOLUÇÃO SEDE Nº 78, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025. Institui as Comissões encarregadas de promover o levantamen da divida flutuante e fundada, do inventário dos bens de consun estocados em almoxarifado, do inventário dos bens móveis em us estocados, cedidos ou recebidos em cessão e do inventário dos be imóveis no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimen Feonômico.

Económico.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 93, §1°, III, da Constituição do Estado de Minas Gerais e, em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto Estadual nº 49.118, 03 de novembro de ECONÔMICO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 93, §1°, III, da Constituição do Estado de Minas Gerais e, em cumprimento ao disposto no art. 3° do Decreto Estadual n° 49.118, 03 de novembro de 2025;
RESOLVE:
Art. 1° - Fica instituída a Comissão encarregada de levantar a divida flutuante e fundada da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE –, que será composta pelos servidores abaixo indicados, sob a presidência do primeiro:
1 - Nathalia Cristiane da Silva – MASP 1.332.705-9;
II - João Gilberto Pires Coelho – MASP 1.315.043-3;
III - Juliana de Oliveira Marques – MASP 1.378.991-2.
Parágrafo único - Na ausência e impedimento legal do presidente, a presidência da Comissão será exercida pelo membro indicado no inciso II deste artigo e, assim, sucessivamente.
Art. 2° - Fica instituída a Comissão encarregada de inventariar os bens de consumo estocados no almoxarifado da SEDE, que será composta pelos servidores abaixo indicados, sob a presidência do primeiro:
1 - Ronito Ferreira Lima – MASP 1.036.999-2;
II - José Mauro Saez – MASP 1.036.057-6;
III - Mauricio Antônio Marçal – MASP 360.950-0.
Parágrafo único - Na ausência e impedimento legal do presidente, a presidência da Comissão será exercida pelo membro indicado no inciso II deste artigo e, assim, sucessivamente.
Art. 3° - Fica instituída a Comissão encarregada de inventariar os bens fosta de composta pelos servidores abaixo indicados, sob a presidência do primeiro:
1 - Marcella Tiengo Bastos – MASP 1.577.892-1;

composta pelos servidores abaixo indicados, sob a presidência do primeiro:

1 - Marcella Tiengo Bastos – MASP 1.577.892-1;

II - Samara Moreira Areal – MASP 388.232-1;

III - Marie Emilia Siqueira Costa – MASP 1.175.136-9.

Parágrafo único - Na ausência e impedimento legal do presidente, a presidência da Comissão será exercida pelo membro indicado no inciso II deste artigo e, assim, sucessivamente.

Art. 4º - Fica instituída a Comissão encarregada de inventariar os bens imóveis da SEDE, que será composta pelos servidores abaixo indicados, sob a presidência do primeiro:

I - Wesley da Silva Lourenco – MASP 1.753.167-6;

II - Patricia da Gama Bairos – MASP 1.476.982-2;

III - Frederico Guilherme Rodarte de Almeida e Silva – MASP 387.694-3.

Parágrafo único - Na ausência e impedimento legal do presidente, a presidência da Comissão será exercida pelo membro indicado no inciso II deste artigo e, assim, sucessivamente.

Parágrafo único - Na ausência e impedimento legal do presidente, a presidência da Comissão será exercida pelo membro indicado no inciso II deste artigo e, assim, sucessivamente.

Art. 5º - As Comissões deverão apresentar os relatórios com data-base de 28 de novembro de 2025 e, posteriormente, relatório conclusivo, contendo os saldos finais com a posição em 31 de dezembro de 2025.

Art. 6º - As relações de bens permanentes e de consumo deverão ser inventariados com data-base em 28 de novembro de 2025, devendo-se paralisar as movimentações de tais materiais durante o levantamento em campo, e deverão ser entregues à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças - DPOF -, unidade vinculada à Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças - SPGF-, até 15 de dezembro de 2025.

Art. 7º - Os levantamentos e relatórios da divida flutuante e fundada e inventários físicos e financeiros de bens móveis e materiais de consumo,

Art. 7° - Os levantamentos e relatórios da divida flutuante e fundada e inventários físicos e financeiros de bens móveis e materiais de consumo, com data base 31 de dezembro de 2025, deverão ser entregues à DPOF, unidade vinculada à SPGF, até o dia 09 de janeiro de 2026.

Art. 8° - O Certificado de Realização do Inventário de Imóveis emitido pelo Módulo de Imóveis do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD -, deverá ser entregue, devidamente assinado, à Superintendência Central de Logistica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG -, até o dia 18 de dezembro de 2025.

dezembro de 2025. Art. 9° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 18 de novembro de 2025. Mila Batista Leite Corrêa da Costa Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

24 2151488 - 1

### RESOLUÇÃO SEDE Nº 77. DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025

Autoriza a Saturno Gás Trading e Soluções Limitada a exercer a tividade de comercialização de gás natural canalizado no Estado de

atividade de comercialização de gás natural canalizado no Estauo de Minas Gerais.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 93, § 1°, III, da Constituição Estadual; e, tendo em vista o disposto na Lei Federal n° 14.134, de 08 de abril de 2021; na Lei Estadual n° 24.313, de 28 de abril de 2023; e no Decreto Estadual n° 48.678, de 30 de agosto de 2023;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 25, § 2°, da Constituição da República, e do art. 10, VIII, da Constituição Estadual, cabe ao Estado de Minas Gerais, diretamente ou mediante concessão, explorar os servicos locais de gás canalizado em seu território;

os serviços locais de gás canalizado em seu território; CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.134, de 08 de abril

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.134, de 08 de abril de 2021, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição da República, bem como sobre as atividades de escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação comercialização de gás natural, regulamentada pelo Decreto nº 10.712, de 02 de junho de 2021, e pelas Resoluções da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis nº 51 e nº 52, de 29 de setembro de 2011, alterada pela Resolução nº 794, de 05 de julho de 2019;

2019;
CONSIDERANDO que é competência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE - regular e fiscalizar a distribuição e comercialização do gás canalizado, em conformidade com as políticas e diretrizes de governo, conforme disposto pelo Decreto Estadual nº 48.678, de 30 de agosto de 2023;
CONSIDERANDO que é de interesse da SEDE incentivar o desenvolvimento do Estado, a partir da utilização do gás, estabelecendo normas no sentido de promover a ampliação do uso com competitividade e eficiência e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade da concessão para a exploração do serviço de distribuição de gás, por meio de canalizações;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução SEDE nº 17, de 9 de CONSIDERANDO o disposto na Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013; en Resolução SEDE nº 18, de 9 de dezembro de 2013; en Resolução SEDE nº 32, de 28 de junho de 2021, que dispõem sobre as regras e condições gerais de acesso à prestação do serviço de distribuição de gás canalizado ao consumidor livre, autoimportador, autoprodutor e o exercício da atividade de comercialização de gás canalizado no Estado de Minas Gerais; CONSIDERANDO a Resolução SEDE nº 21, de 27 de abril de 2022, que aprovou a taxa de custo de capital, a receita requerida, a margem média, o índice de reposicionamento tarifário ordinário e a nova estrutura tarifária para os fornecimentos realizados pela Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG; RESOLVE:

Art. 1º - Fica a Saturno Gás Trading e Soluções Limitada, inscrita no CNPJ nº 63.023.895/0001-08, autorizada a exercer a atividade de comercialização de gás natural canalizado no Estado de Minas Gerais, desde que atendidas as condições exigidas na Resolução SEDE nº 18, de 09 de dezembro de 2013, ou em qualquer dispositivo que venha a

substitui-la.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2025.

Mila Batista Leite Corrêa da Costa

Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais

# 24 2151508 - 1

### Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig

Presidente: Carlos Alberto Arruda de Oliveira

ATO DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO,
GESTÃO E FINANÇAS
AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIASPRÊMIO, nos termos da Resolução SEPLAG nº 22, de 25/4/2003,
ao(â) servidor(a) ROSANA APARECIDA GOMES, MaSP 11671260, admissão 01, por 01 mês: Referente ao 3° quinquênio, a partir de
04/05/2026.

Thiago Bernardo Borges Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças da FAPEMIG.

19 2150860 - 1

ATO DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO,
GESTÃO E FINANÇAS
AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO,
nos termos da Resolução SEPLAG nº 22, de 25/4/2003, ao(à)
servidor(a) ALYSSON DAMASCENO DE VASCONCELOS, MaSP
1379294-0, admissão 01, por 15 dias: Referente ao 2º quinquênio, a
partir de 16/03/2026.

Thiago Bernardo Borges
Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças da FAPEMIG.

ATO DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos da Resolução SEPLAG nº 22, de 25/4/2003, ao(a) servidor(a) ALYSSON DAMASCENO DE VASCONCELOS, MASP ssão 01, por 15 dias: Referente ao 2° q partir de 03/08/2026.

r de 03/08/2026. Thiago Bernardo Borges Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças da FAPEMIG.

19 2150859 - 1

PORTARIA Nº 133/2025.

Concede matrícula de Tradutora e Intérprete Pública pelo critério de proficiência, a que se refere o art. 19 da IN DREI 52/2022. A Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19 c/c o parágrafo único do artigo 21 da Instrução Normativa nº, 52, expedida pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI, em 29 de julho de 2022, e publicada no Díário Oficial da União, em 4 de agosto de 2022, RESOLVE: Art. 1º - Conceder matrícula à cenhora THAIS BADIN ROLI MD EPALIJ A para expreze nos termos sembora THAIS BADIN ROLI MD EPALIJ A para expreze nos termos sembora THAIS BADIN ROLI MD EPALIJ A para expreze nos termos sembora THAIS BADIN ROLI MD EPALIJ A para expreze nos termos sembora THAIS BADIN ROLI MD EPALIJ A para expreze nos termos semboras THA em 4 de agosto de 2022, RESOLVE: Art. 1º - Conceder matrícula à senhora THAIS BADINI ROLIM DE PAULA para exercer, nos termos da legislação específica, o oficio de Tradutora e Intérprete Pública, habilitada por exame de proficiência para o idioma Eslovaco. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2025.

Patricia Vinte Di Iório.

Presidente.

24 2151465 - 1

24 2151465 - 1

### Minas Gerais Participações S.A. - MGI

Diretor-Presidente: Weverton Vilas Boas de Castro

PORTARIA Nº 046/2025
O Diretor Presidente da MGI Minas Gerais Participações S/A, no uso de suas competências atribuídas pelo inciso IX do art. 33 do Estatuto Social da Companhia, atendendo ao disposto nos incisos do art. 47 da Lei Complementar mineira 102/2008 e o art. 2º da Instrução Normativa nº 03/2013 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; e considerando os apontamentos do Relatório das Medidas Administrativas de 13 de novembro de 2024, emitido pela Gerência de

Normativa nº 03/2013 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; e considerando os apontamentos do Relatório das Medidas Administrativas de 13 de novembro de 2024, emitido pela Gerência de Convénios da MGI, RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar a Tomada de Contas Especial referente ao convênio abaixo evidenciado, no qual a MGI figura como CONCEDENTE, objetivando a apuração dos fatos, a identificação dos possíveis responsáveis e a quantificação de ventual dano:
Convénio nº: 090/2014
Convenente: Município de Jacutinga/MG – Interveniente: Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP) atualmente SEINFRA Fato ensejador: em conformidade com as análises técnicas e respectivas conclusões, que instruem os autos do Convênio nº 090/2014, restou caracterizado o fato descrito nos incisos II e IV do art. 2º da Instrução Normativa nº 03/2013 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A Tomada de Contas Especial, designada por meio da Portaria nº 039/2025, de 2º de outbro de 2025.

Art. 3º A Tomada de Contas Especial, designada por meio da Portaria nº 039/2025, de 2º de outbro de 2025.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 120 (cento e vinte) dias para conclusão dos trabalhos de Tomada de Contas Especial, instruarda por esta Portaria, e a apresentação de Relatório Conclusivo a ela correspondente, com posterior encaminhamento dos autos ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para julgamento.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2025
Weverton Vilas Boas de Castro
Diretor Presidente

24 2151421 - 1

## Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

### **Expediente**

RESOLUÇÃO SEDESE Nº 116 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a concessão de promoção por escolaridade adicional, em cumprimento de decisão judicial, ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo de carreira do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

A SECRETÂRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual e no inciso VIII, do art. 4º, do Decreto nº 44.769 de 07 de abril 2008 e considerando o disposto na Lei nº 15.468, de

93, da Constituição Estadual e no inciso VIII, do art. 4º, do Decreto nº 44.769 de 07 de abril 2008 e considerando o disposto na Lei nº 15.468, de 13 de janeiro de 2005, RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a primeira promoção por escolaridade adicional judicial à servidora ocupante de cargo de provimento efetivo da carreira de Art. 1º - Conceder a primeira promoção por escolaridade adicional judicial à servidora ocupante de cargo de provimento efetivo da carreira de Analista de Gestão e Políticas Públicas em Desenvolvimento - ANGPD do Grupo de Atividades de Desenvolvimento Econômico e Social, lotada no Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, conforme Anexo Único desta Resolução, mediante diretrizes de pleitos de pessoal, relativos a promoção, do Comitê de Orçamento e Finanças, através do Of. Cofin nº 9956/2025, de 16 de Outubro de 2025, em cumprimento à decisão judicial transitada em julgado nos autos do processo nº 5037001-48.2025.8.13.0024.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir da data de vigência apontada no Anexo Único desta Resolução.

Belo Horizonte, 19 de novembro de 2025. ALESSANDRA DINIZ PORTELA SILVEIRA Secretário de Estado de D

ANEXO ÚNICO
(a que se refere o art. 1º da Resolução nº 116, de 19 de novembro de 2025)

MASP	NOME	CARGO	SITUAÇAGANTERIOR		SHUAÇAGATUAL		DATA DE VIGÊNCIA
MASP			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	DATA DE VIGENCIA
14924880	Kenya Vilhena Primola	ANGPD	I	В	II	A	01/01/2025

22 2150897 - 1

RESOLUÇÃO SEDESE Nº 117, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a concessão de promoção por escolaridade adicional, em cumprimento de decisão judicial, ao servidor ocupante de cargo de provimento fetivo de carreira do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 13. da Constituição Estadual e no inciso VIII, do art. 4º, do Decreto nº 44.769 de 07 de abril 2008 e considerando o disposto na Lei nº 15.468, de

75, ua Constituição Es 13 de janeiro de 2005, RESOLVE: Art. 1º - Conceder a pri

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a primeira e segunda promoção por escolaridade adicional judicial ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo da carreira de Analista de Gestão e Políticas Públicas em Desenvolvimento - ANGPD do Grupo de Atividades de Desenvolvimento Econômico e Social, lotado no Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, conforme Anexo Unico desta Resolução, mediante diretrizes de pleitos de pessoal, relativos a promoção, do Comitê de Orçamento e Finanças, através do Oft. Cofin nº 0956/2025, de 16 de Outubro de 2025, em cumprimento à decisão judicial transitada em julgado nos autos do processo nº 5154363-42.2023.8.13.0024.

Art. 2º - Revogar a Resolução EEDESE nº 76, de 08 de setembro de 2024, publicada no Diário do Executivo de 11/09/2024 que dispõe sobre a concessão de progressão ao servidor Rejane Lana Fontes, Masp.: 11571577, ocupante do cargo de provimento efetivo da carreira de Analista de Gestão e Políticas Públicas em Desenvolvimento — ANGPD do Grupo de Atividades de Desenvolvimento Econômico e Social, lotado no Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, de que trata a Lei nº 15.468, de 13 de janeiro de 2005, tendo em vista a concessão da promoção por escolaridade adicional, em cumprimento à decisão judicial transitada em julgado nos autos do processo nº 5154363-42.2023.8.13,0024.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir das datas de vigências apontadas no Anexo Unico desta Resolução.

Belo Horizonte, 19 de novembro de 2025. ALESSANDRA DINIZ PORTELA SILVEIRA Secretária de Estado de Desenvolvimento Socia

ANEXO ÚNICO (a que se refere o art. 1º da Resolução nº 117, de 19 de novembro de 2025)

MASP	NOME	CARGO	SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO ATUAL		DATA DE VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	DATA DE VIGENCIA
11571577	Rejane Lana Fontes	ANGPD	I	В	II	A	12/04/2023
11571577	Rejane Lana Fontes	ANGPD	II	A	III	A	12/04/2025

24 2151019 - 1

RESOLUÇÃO SEDESE Nº 118, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025
Institui Comissão encarregada de realizar o inventário dos bens de consumo e materiais estocados em almoxarifado, para fins de encerramento do exercício de 2025, conforme disposto no Art. 3º do Decreto 49.118, de 03/11/2025.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Constituição do Estado de Minas Gerais, artigo 93, §1º, inciso III e, tendo em vista o Decreto 49.118, de 03/11/2025,
RESOLUÇE:

RESOLVE:
Art. 1º - Instituir Comissão encarregada de inventariar os bens de consumo e materiais estocados em almoxarifado no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) — unidade orçamentária nº 1481; do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) — unidade orçamentária nº 4251; do Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos (FUNDIF) — unidade orçamentária nº 4421; do Fundo Estadual do Fundo Estadual do Direitos Difusos (FUNDIF) — unidade orçamentária nº 4421; do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso (FEI) — unidade orçamentária nº 4601 e do Fundo Estadual do Trabalho (FET) — unidade orçamentária nº 4701.

Art. 2º - Ficam designados os seguintes servidores, sob a presidência da primeira, para comporem a Comissão de que trata o artigo 1º desta Resolução: 1 - Flaviane Cristina de Oliveira Silva, Masp 1580014-7;
II - Olavo Henrique Moreira Freire, Masp 903460-4;
III - Andreson de Alencar Ferreira, Masp 903560-2;
IV - Fernanda Cristina Alves Checon, Masp 1576209-9.

Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.